



Agroindústria camponesa agroecológica multifuncional: um passo necessário para o desenvolvimento territorial

Multifunctional agroecological peasant agroindustry: a necessary way for territorial development

PIGOZZI, Luiza¹; MULLER, Carmen Maria Oliveira²

¹ Movimento dos Pequenos Agricultores/ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, luizabepgzz@gmail.com; ² Universidade Federal de Santa Catarina, carmen.muller@ufsc.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo

O desenvolvimento de agroindústrias camponesas tem importantes desdobramentos nos territórios, pois busca fomentar um padrão diversificado e sustentável de agricultura. O campesinato produz uma variedade de alimentos em menor escala, é de base comunitária, possui um modo de ser e de produzir próprios, aliado à preservação da natureza. Diante dessa realidade produtiva e cultural, o presente trabalho tem como objetivo propor uma agroindústria multifuncional de base camponesa e agroecológica, através de uma revisão bibliográfica. O diferencial da agroindústria proposta no trabalho é seu viés comunitário e diversificado de processamento, assim como a priorização da origem dos alimentos, estando incluídos os aspectos socioambientais e culturais em que foram produzidos, culminando em alimentos justos e socialmente dignos, sendo produtos diferenciados, de qualidade e que estão inseridos no hábito cultural de consumo das famílias. Nesse sentido, este modelo pode ser considerado promotor da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, além de representar uma alternativa ao padrão de desenvolvimento existente no campo.

Palavras-chave: agroindustrialização camponesa; processamento agroecológico; agroecologia camponesa; cooperação; campesinato.

Keywords: peasant agro-industrialization; agroecological processing; peasant agroecology; cooperation; peasantry.

Introdução

O campesinato constitui uma prática de agricultura milenar que vem se adaptando e resistindo ao longo dos anos. É uma forma de agricultura ecológica, biodiversa, regional, em pequena escala, socialmente justa, autônoma e comunitária. Se baseia no uso sustentável dos recursos ecológicos e as suas relações são pautadas na agroecologia, pois a agricultura camponesa vai além da produção, é um modo de ser e viver, é uma cultura própria de relação com a natureza. O campesinato é necessário para constituir um novo sistema alimentar e é capaz de formar a base da soberania alimentar (ALTIERI, 2012; SILVA et al., 2019; VAN DER PLOEG, 2008).

Os sistemas camponeses de produção são diversificados e multifuncionais, com sistemas integrados de produção agrícola, pecuária e florestal, gerando uma variedade de alimentos saudáveis e de qualidade (SILVA et al., 2019).



Atualmente, um dos dilemas do campesinato é a comercialização dos seus alimentos processados artesanalmente. Como as normas sanitárias de alimentos são excludentes, não abarcam a diversidade do campesinato, boa parte das pequenas unidades de processamento estão na informalidade institucional. Pois seus processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes, seja por desconhecimento ou pelo custo necessário para se adequar às exigências estruturais. A superação disso envolve desafios tecnológicos, de ação coletiva e política, sendo necessário atualizar e adequar a legislação à realidade dos produtores, incorporando uma lógica de atuação promotora e menos punitiva (GAZOLLA, 2020; MALUF, 2004; WILKINSON; MIOR, 1999).

A agroindustrialização dos alimentos é uma alternativa importante para o fortalecimento e reprodução das unidades de produção camponesa, é uma ressignificação de uma prática historicamente realizada por essas famílias para o autoconsumo. Garante o aumento da vida útil dos alimentos, sendo motivada por hábitos culturais ou para diversificar as formas de consumo (GAZZOLA, 2020). As agroindústrias de base familiar são uma forma de organização em que a família rural produz e processa parte do excedente de sua produção agrícola e/ou pecuária. A agregação de valor gerada pela agroindustrialização, constituída majoritariamente em base artesanal, abarca uma diversidade de produtos, que são de cultivo tradicional de um território (MALUF, 2004; MIOR, 2007).

Diante da diversidade produtiva e dos aspectos culturais do campesinato, é necessária uma agroindústria mais adequada à sua realidade, uma estrutura com características do campesinato. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo propor uma unidade de processamento de alimentos multifuncional de base camponesa e agroecológica.

Metodologia

A metodologia utilizada para o presente trabalho foi a revisão bibliográfica, através do acesso às bases de dados Portal de Periódicos da CAPES, SciELO e Google Acadêmico. Para a pesquisa nas bases de dados foram utilizadas as seguintes palavras chave isoladas e combinadas, em uma busca simples: “agroindústria familiar”; “processamento artesanal”; “agricultura familiar e camponesa”; “sistema agroalimentar”. Os dados foram coletados entre os meses de setembro de 2021 a fevereiro de 2022, com atualizações de dados coletados nos meses de junho e julho de 2023 para o presente resumo.

Resultados e Discussão

A produção de alimentos pela agricultura camponesa se caracteriza pelo baixo volume de matéria-prima, ao mesmo tempo que esta é diversa. Para tanto, Silva (2019) propôs o termo Agroindústria Multifuncional de Pequeno Porte, uma formulação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), na qual a agroindústria propicia o processamento e beneficiamento de diversos produtos em menor



quantidade, obtendo uma ampla variedade de produtos finais. De forma a contribuir no debate para o movimento e dar continuidade a esta construção, neste trabalho propomos unidades multifuncionais de processamento de alimentos de base camponesa e agroecológica ou Agroindústria Camponesa Agroecológica Multifuncional. Considerando a importância da agregação de valor dos produtos agropecuários, as unidades processadoras devem estar adaptadas à realidade produtiva e cultural das camponesas e dos camponeses, assim como as normas precisam se adequar à essa realidade.

A agroindústria proposta possibilita dialogar e resgatar os saberes ancestrais do território e da cultura alimentar regional, pois seus produtos são diversificados e diferenciados, uma vez que os aspectos culturais e socioambientais também estão incluídos juntamente com os sanitários. Propõe-se a valorização dos conhecimentos de herança histórico-cultural, de forma a fomentar as práticas e hábitos alimentares característicos de determinadas regiões rurais e “rurbanas”, e que confere aos produtos elaborados diferenciais de qualidade quando comparados aos convencionais da hegemônica distribuição agroalimentar. Transmitem um valor de qualidade e são permeados por relações de confiança entre produtores e consumidores. Sendo que o compromisso do consumidor com esses produtos torna-se um ato de defesa de um projeto de agricultura e de sociedade (GAZOLLA, 2020; GAZOLLA, 2013; MALUF, 2004; MIOR, 2007).

Um termo utilizado para se referir a estes produtos é o de “qualidade ampla”, que diz respeito ao processo de produção das matérias-primas e do produto final. Este conceito aborda o alimento para além da questão produtiva de forma isolada, mas considera as relações com os sujeitos e ecossistemas envolvidos, partindo de uma visão holística do processo. Dessa forma, o conceito de “qualidade ampla” implica numa perspectiva de saúde global (GAZOLLA, 2013).

A organização das/dos agricultoras/res em associação ou cooperativa de agroindústria contribui para a otimização dos recursos e da estrutura, garantindo também a viabilidade da agroindústria (PREZOTTO, 2002). As organizações sociais coletivas possibilitam que as agroindústrias ganhem escala de produção e comercialização ao atuar de forma coletiva, proporcionam reduzir os custos de produção e transação, assim como possibilitam ampliar os espaços políticos e organizativos e potencializar a articulação com o Estado. Aliado a isso, as experiências coletivas podem originar e difundir inovações adequadas a sua realidade, ter ganhos de escala e apropriação de competências regionais. Ao mesmo tempo, necessitam de relações horizontais de cooperação, reciprocidade e ação coletiva, uma construção de uma identidade territorial comunitária (GAZOLLA, 2020; MALUF, 2004).

As experiências de agroindustrialização serão diversas, adaptadas à realidade produtiva e hábitos alimentares e culturais de cada território. Dessa forma, as políticas públicas devem atender a heterogeneidade social e econômica dessas experiências, diferenciando-as de modo a fortalecê-las de acordo com seus



princípios de funcionamento, sem a tentativa de recriar a lógica de uma agroindústria convencional, que visa o lucro e a expansão de mercado. Por isso, as políticas públicas de estímulo a estas agroindústrias devem considerar suas diferentes capacidades (capital social, instalações e equipamentos, conhecimentos intergeracionais e técnicos, habilidade em gestão e comercialização, entre outros) (GUIMARÃES; SILVEIRA, 2010 apud GAZOLLA, 2013; SILVEIRA; HEINZ, 2005).

Os elementos que compõem a proposta para a agroindústria conferem características de cooperação e comunidade, sendo os sujeitos camponeses responsáveis pela produção dos alimentos, pelo processamento e pela gestão da experiência, numa perspectiva de coletivização dos processos.

A agroindústria é agroecológica pois os alimentos são produzidos de forma ecológica e socialmente justa, assim como os demais processos, gerando produtos finais diferenciados e de qualidade específica. Dentre os fatores necessários para a implementação destas unidades, a adaptação à realidade e à agrobiodiversidade do local é de grande importância, de acordo com a cultura e hábitos alimentares e com a diversidade alimentar local.

Por fim, a agroindústria é multifuncional, pois é adaptada à realidade produtiva do campesinato, em que se tem uma variedade de alimentos em menor quantidade, de forma a manter a sua escala de produção e gestão familiar/comunitária.

O passo seguinte a ser discutido são as diferentes redes de abastecimento de alimentos descentralizadas, enquanto estratégia para a consolidação da experiência abordada no trabalho. As redes curtas de comercialização são a principal forma de construção social dos mercados pelas agroindústrias camponesas. Essas redes proporcionam a aproximação de quem produz e quem consome, evita-se atravessadores, sendo condicionada pelas relações de proximidade social e espacial, numa abordagem territorial de sistemas de abastecimento que vinculam campo e cidade (GAZOLLA, 2020; MALUF, 2004; SILVA et al., 2019). Aliado a isso, o acesso às políticas públicas de compra de alimentos institucional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), é uma importante ferramenta para fomentar os circuitos locais de produção-consumo e estimular o consumo local e descentralizado. Além de serem programas que promovem a inclusão produtiva da agricultura camponesa e atenuam a insegurança alimentar da população (GAZOLLA, 2020).

Neste sentido, levando em consideração os aspectos ecológicos, de escala e de diversificação dos sistemas de produção de alimentos dos territórios camponeses, se fazem necessários projetos de agroindústrias que atendam a essas demandas e que considerem os aspectos culturais e socioeconômicos, incorporando aos aspectos sanitários e legais. Assim, as Agroindústrias Camponesas Agroecológicas Multifuncionais são uma alternativa importante para a agregação de valor da produção da agricultura camponesa e fortalecimento dos sistemas camponeses de produção.



Temos a necessidade de discutir o modelo agroalimentar em toda a sua estrutura: a produção de alimentos, o processamento e o abastecimento, com olhar holístico. De forma a propor e construir uma nova base produtiva, tendo como pilares a agroecologia camponesa e o abastecimento popular, a cooperação (econômica, social e ecológica) e novas tecnologias. Faz-se necessária a construção de uma nova territorialidade, entendendo o campesinato enquanto categoria política (SILVA et al., 2019).

Conclusões

A agricultura camponesa possui grande importância na construção de um processo de desenvolvimento territorial mais equitativo e sustentável, constituindo a base do desenvolvimento do campo, visto que temos a necessidade de construir redes agroalimentares alternativas. As agroindústrias apresentam-se como uma importante ferramenta de reprodução da unidade camponesa, atentando-se a heterogeneidade dessas agroindústrias, devido à diversidade de configurações que estas estruturas podem assumir em cada região.

O êxito e a continuidade das experiências de Agroindústrias Camponesas Agroecológicas Multifuncionais é condicionada pela capacidade dos territórios em manter e aprimorar esta forma de organização. Pois sua eficácia e permanência não depende apenas de fatores endógenos, mas está relacionado ao sistema político-econômico nacional e suas políticas públicas decorrentes.

A proposta apresenta grande versatilidade, podendo incluir diversos processamentos de acordo com o contexto produtivo e cultural do território. Ressaltando que a matéria-prima e os processamentos escolhidos serão adaptados à agrobiodiversidade da região da agroindústria. Este trabalho é incipiente, mas consideramos de relevância pois poderá contribuir futuramente para que os agricultores possam implementar este modelo de agroindústria em suas propriedades familiares ou cooperativas.

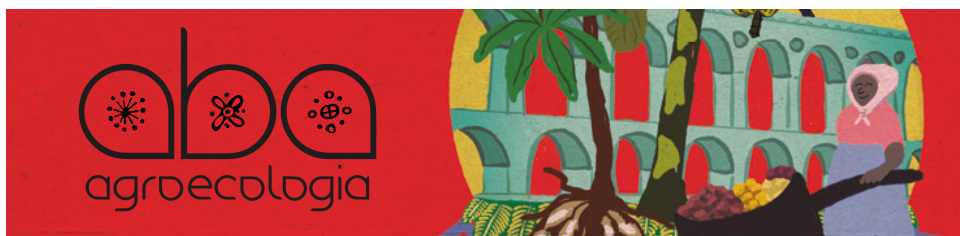
Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que possibilitou o estudo e à professora Carmen Maria Olivera Muller pela colaboração no trabalho.

Referências bibliográficas

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n. 16, p. 22-32, 2012.

GAZOLLA, M. Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social. In: **Revista IDeAS –**



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013.

GAZOLLA, M. Dinâmica e tipologia dos mercados das agroindústrias familiares: a proeminência das cadeias curtas agroalimentares. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 68, p. 1, 2020.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MIOR, L. C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Florianópolis/SC, 20p., 22 a 25 de agosto de 2007.

PREZOTTO, L. L. Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. n. 31, p. 133-154, 2002.

SILVA, M. L. T. et al. **Plano Camponês: por soberania alimentar e poder popular**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

SILVA, V. I. da. **Agroindústria Multifuncional de Pequeno Porte**. MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores. 19 nov. 2019. Disponível em: <<https://mpabrasil.org.br/artigos/agroindustria-multifuncional-de-pequeno-porte/>>. Acesso em jun. 2023.

SILVEIRA, P. R. C. da; HEINZ, C. U. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para reestruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: **I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**. 2005. p. 1-9.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS. Coleção Estudos Rurais, 2008. 376 p.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n 13, p. 29-45, 1999.